

# NAS MÃOS CERTAS

## Comunidade amazônica dá exemplo de equilíbrio entre ser humano e natureza

**N**o estuário do maior rio do mundo, o Amazonas, a apenas 150 km do encontro das águas no oceano Atlântico, fica a pequena comunidade de Ilha das Cinzas, no município de Gurupá, integrante do arquipélago de Marajós, no Pará. Na imensidão de água doce, casas de palafita pedem licença entre o preponderante verde das margens alagadiças para abrigar cerca de 60 famílias que vivem do manejo do açaí e do camarão de água doce, em equilíbrio com a natureza. Apesar de ser uma ilha, distante 26 horas de barco da capital, Belém, o local não está de todo isolado. A comunidade tem acesso à internet via satélite e energia elétrica a diesel que garante a possibilidade de assistir à TV à noite ou usar telefone celular conectado diretamente em uma antena de transmissão.

Mas nem sempre foi assim. Há menos de 10 anos, os ribeirinhos da Ilha

das Cinzas viviam sob o domínio do 'patrão', figura comum na Amazônia. Quase que onipresente na região, o 'patrão' pressionava os ribeirinhos a produzir para ele com exclusividade e pagar taxas em troca de ficar na terra em que já viviam com suas famílias sem o título de posse. O 'patrão' também não tinha propriedade dos terrenos, mas exibia um título falso, conseguido pela conhecida tática de grilagem. Madeira, peixe, camarão, palmito, tudo ia para o 'patrão'. "Eu não sei quem era ele, não; quem vinha falar com a gente era um intermediário, mas desde o tempo do meu pai era assim: ele financiava nossas ferramentas e deixava a gente morar na terra que dizia que era dele", conta o líder comunitário da Ilha das Cinzas Antônio Oliveira, 54 anos, mais conhecido como Baixinho. "Nossa mercadoria só podia ser vendida para ele e ia tudo para ele em troca do que ele dava. Muita gente não chegava a ver nenhum dinheiro."

A situação descrita por Baixinho não era exclusiva de sua comunida-

de. Segundo o engenheiro agrônomo Jorge Pinto, que há mais de 10 anos trabalha com comunidades tradicionais na Amazônia, o chamado 'sistema de aviamento' vigora desde o ciclo da borracha, no século 19. "Na época, a extração do látex provocou uma maior ocupação, intensificou o extrativismo e criou essa figura que hoje está em todo canto da Amazônia."

No caso da Ilha das Cinzas, o cenário começou a mudar por volta de 1997, quando os moradores, auxiliados pela ONG Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), se organizaram e criaram a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas (Ataic) com o intuito de melhorar as formas de conseguir recursos da floresta e regularizar sua situação fundiária. A essa altura, a exploração indevida dos recursos naturais já prejudicara diretamente as famílias da ilha e o ecossistema. A pesca descontrolada tinha feito diminuir os peixes e sumir do rio o típico camarão-de-água-doce.

FOTO DE SÉRGIO VASCONCELOS



Para resolver o problema sem prejudicar ainda mais o meio ambiente, os moradores modificaram os instrumentos e procedimentos de pesca. Em vez de usar redes finas que pegavam peixes e camarões de todos os tipos e tamanhos, adotaram o matapi, armadilha tradicional para pesca de camarões. Feito artesanalmente pelas mulheres da comunidade, o matapi é um cilindro de tiras de madeira de jataí com duas entradas em forma de cone que deixam o animal entrar, mas não sair. O que atrai o camarão é uma isca de babaçu colocada no interior do balaio.

A partir da discussão em comunidade, os moradores ainda melhoraram a tecnologia ao aumentar o espaço entre as talas que formam a parede do matapi. Desse modo, apenas os camarões grandes são capturados, deixando os filhotes livres para se multiplicarem. Os ribeirinhos também aderiram ao uso de viveiros flutuantes para estocagem do camarão, tornando possível comercializar o animal em maiores quantidades de uma vez só.

Com as mudanças, as famílias de Ilha das Cinzas passaram a vender camarões maiores e de melhor qualidade, sem impacto negativo na natureza. Se, em 1997, o camarão capturado tinha em média 4,5 cm, hoje tem 9 cm. O aumento se traduziu em mais dinheiro: o quilo do camarão passou de R\$ 0,80 para até R\$ 10.

Para assegurar que o ganho econômico não causaria desequilíbrio no meio ambiente, os próprios moradores estabeleceram em assembleia o limite de 70 matapis por família e um período de pesca de maio a dezembro.

“Essa foi uma decisão da comunidade, não há lei que regularize a pesca de camarão aqui, mas como a consciência das famílias foi aumentando, todos acharam melhor seguir esses limites,” conta o agroecólogo Francisco Malheiros, filho do Baixinho. “Com as mudanças, ganha a natureza e ganhamos nós. Hoje conseguimos pescar com 70 matapis o que antes só conseguíamos com 150. Isso, asso-



O açaí é um dos produtos naturais que complementam a renda da comunidade

ciado ao uso do viveiro, significa pelo menos 20% a menos de trabalho.”

Com o tempo extra, a comunidade pôde diversificar a produção com o manejo do açaí. O fruto nativo, que já marcava presença nas refeições, passou a ser também vendido. Na ilha, ninguém planta açaizeiro, são usadas apenas técnicas simples, como a limpeza da área ao redor das palmeiras, para ajudar no crescimento delas e torná-las mais frutíferas. O cuidado dá certo. Hoje, a venda do açaí para comunidades e cidades próximas, a R\$ 80 o saco de 60 kg, responde por 80% da renda das famílias, que ganham cerca de R\$ 16 mil por ano sómente com o frutinho roxo.

As medidas tomadas pela comunidade foram formalizadas em um plano de manejo, que serve de pontapé inicial para regularizar qualquer

ocupação e uso de área de floresta pertencente aos estados e União. O documento, se aprovado pelo órgão responsável – no caso o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – vira uma espécie de lei da comunidade que estabelece de que maneira cada recurso florestal pode ser usado sem causar impacto ao ambiente. Em Ilha das Cinzas, a regulamentação, cujo processo começou na década de 1990, foi conseguida em 2004 e a comunidade passou a ser oficialmente um assentamento agroextrativista.

Com a legalização fundiária, os moradores da ilha passaram a receber benefícios governamentais para construção de moradias e puderam participar de projetos e editais. Foi assim que eles conseguiram os 15 computadores com acesso à internet

>>>



Pesca com armadilhas que deixam escapar os filhotes permitiu vender camarões maiores (na página seguinte), de valor mais alto

que integram a Estação Digital da Ilha das Cinzas, usada nas aulas de informática para jovens e adultos e aberta aos moradores de localidades próximas. A regularização também atraiu a atenção de empresas estatais de capital aberto que financiam projetos para que a comunidade de passe o exemplo adiante.

“O grande diferencial foi a nossa organização e o reconhecimento da nossa representatividade”, diz a líder comunitária Josi Malheiros, irmã de Francisco. “Desde que nos organizamos, mudou tudo, nossa relação com o poder público e com o meio ambiente. Mostramos que desenvolvimento sustentável não é só pensar na floresta, mas também no lado social de quem mora nela. A regularização fundiária foi uma consequência disso.”

**AVANÇOS E DESAFIOS** O Pará é hoje o estado que concentra a maior diversidade de regimes de regularização

fundiária voltados para comunidades tradicionais do país. Nos 8,5 mil km<sup>2</sup> do município de Gurupá estão representados todos os oito tipos existentes no Brasil, entre reservas de desenvolvimento sustentável, reservas extrativistas, assentamentos e outros. Segundo levantamento do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Agro-extrativistas de Gurupá, 99% do território do município estão em processo de regularização por iniciativas das comunidades. A presença da população nas florestas tem se mostrado uma eficiente forma de preservação, visto que 96% da cobertura verde do município estão intactos.

O cenário local não é muito diferente do nacional. De acordo com um estudo da associação civil RRI (sigla em inglês para Iniciativa para Direitos e Recursos), que analisou a legislação de 27 países da Ásia, África e América Latina (o correspondente a 75% das florestas de países em desenvolvimen-

to) o Brasil é líder no estabelecimento de direitos à floresta para comunidades tradicionais. Atualmente, cerca de 1,5 milhão de km<sup>2</sup> de nossas matas são designadas ao uso desses grupos.

Segundo a principal autora do estudo, a especialista em direito comparado e internacional Fernanda Almeida, o arcabouço jurídico para garantir o direito das comunidades tradicionais sobre os recursos das florestas começou a se estabelecer mundialmente em decorrência da Eco/92, sob a pressão de lideranças indígenas e comunitárias. Desde esse marco, a área de floresta sob o controle de comunidades tradicionais na América Latina, Ásia e África aumentou de 21% para 31%. Em nível global, essa porcentagem subiu de 10% para 15% no mesmo período.

“De 1992 para cá vivemos uma mudança de paradigma”, diz Almeida. “Antes se pensava que para conservar um lugar ninguém poderia

morar nele, mas esses regimes têm mostrado que a presença das populações tradicionais em áreas de floresta não só preserva os seus costumes e economia, como também a biodiversidade.”

Apesar dos avanços, ainda existem muitos desafios na prática. Se as comunidades estão fazendo sua parte, o poder público muitas vezes deixa a desejar. Ainda que tenham conquistado computadores e melhor qualidade de vida por meio de sua organização, as famílias de Ilha das Cinzas e outras localidades do entorno não têm acesso a saneamento básico, saúde e energia elétrica pública. Toda eletricidade usada, para transporte e iluminação, vem de motores a diesel, nada ecológicos, custeados inteiramente pelos moradores. Para garantir quatro horas de energia elétrica por dia em suas casas, os ribeirinhos desembolsam cerca de R\$ 400 por mês. O posto mais próximo fica a seis horas de viagem na cidade de Santana, em Macapá, e o esgoto é jogado diretamente no rio Amazonas.

A burocracia e a falta de fiscalização também são problemas. Nas comunidades localizadas dentro de unidades de conservação, a situação parece ainda mais precária. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Itatupã-Baquiá, a primeira federal do país, criada em 2005 entre o canal Norte e o canal de Gurupá, no

rio Amazonas, começou a se organizar ainda na década de 1980. Manuel Corsdovaldo Chaves de Souza, o Codó, foi um dos líderes desse movimento popular. Reuniu os ribeirinhos, propôs a criação de uma associação e, mais tarde, o plano de manejo da floresta.

Hoje cerca de 70 famílias vivem no local em regime de subsistência, mas nem todas seguem à risca as normas estabelecidas no documento, entre elas a proibição de barcos a motor em algumas áreas e o limite de pesca por família. Codó conta que guarda um caderninho com anotações de quem saiu da linha, mas o caderninho não tem poder nenhum. Quem deve fiscalizar a região é o ICMBio, que destina apenas um gestor para os 6,5 mil km<sup>2</sup> da reserva. “Eu faço o que posso, mas o poder público precisa fazer a parte dele e fiscalizar”, pede Codó angustiado. “Para mim, é muito difícil, já tem muita gente com raiva de mim porque, quando vejo alguém descumprindo, anoto.”

**CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO** Na RDS Itatupã-Baquiá, bem como em outras comunidades florestais da Amazônia, as famílias vivem da pesca e do manejo do açaí, do pracaxá e da andiroba. Por ficar em uma unidade de conservação, o comércio não é incentivado, para evitar a devastação ambiental. O equilíbrio entre desen-

volvimento econômico e sustentabilidade, conseguido na ilha das Cinzas, ainda é um desafio em muitas áreas de floresta no Brasil.

Para o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Antônio Carlos Hummel, a economia florestal deveria ter mais atenção. “Nosso foco deve estar em desenvolver políticas públicas que promovam a economia nas comunidades já regularizadas e deem valor aos produtos florestais,” diz. “E isso só é possível com bons instrumentos de incentivo econômico às práticas florestais sustentáveis e ações de capacitação, assistência e organização dessas comunidades, para que seja uma boa opção continuar morando na floresta. Precisamos dar para o povo da floresta o mesmo conjunto de incentivos e desoneração tributária dado para a agropecuária no país.”

Essa também é a visão da Academia Brasileira de Ciências. No documento recém-lançado ‘Amazônia: desafio brasileiro do século 21’, cientistas reforçam a importância da economia verde, mas chamam a atenção para a necessidade de incluir a ciência na discussão. “Principalmente nas florestas da Amazônia, ainda é possível a concepção de um modelo de produção e consumo sustentável dos recursos naturais, que permita não só o desenvolvimento social e econômico da região, mas também a conservação da natureza e cultura dos povos que a habitam”, diz o documento. “Somente a atribuição de valor econômico à floresta em pé permitirá a ela competir com outros usos que pressupõem sua derrubada ou degradação, e apenas a ciência, tecnologia e inovação poderão mostrar o caminho de como usar o patrimônio natural sem destruí-lo.”



**SOFIA MOUTINHO | CIÊNCIA HOJE | RJ**

\* A repórter viajou à Amazônia

a convite da RRI

Confira mais fotografias e vídeos  
na CH On-line